



**SUPERINTENDÊNCIA  
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

[www.suframa.gov.br](http://www.suframa.gov.br)


# **Clipping Local e Nacional On-line**

Nesta edição **19 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quarta-feira, 26 de janeiro de 2011

<b>DIÁRIO DO AMAZONAS</b> Piscicultura no AM é pauta de reunião entre Omar e Mercadante ..... 1 VEICULAÇÃO LOCAL	
<b>O ESTADO DE SÃO PAULO</b> GOVERNO QUER POLÍTICA MAIS AGRESSIVA NO COMÉRCIO EXTERIOR ..... 3 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>O ESTADO DE SÃO PAULO</b> Investimento externo bate recorde e cobre déficit ..... 4 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>FOLHA DE SÃO PAULO</b> PRESIDENTE DO TCU DÁ AULA PAGA A ÓRGÃOS QUE FISCALIZA ..... 5 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>VALOR ECONÔMICO</b> PRODUTO IMPORTADO FICOU 8% MAIS BARATO ..... 6 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>VALOR ECONÔMICO</b> CHINA LIDERA INVESTIMENTO NO BRASIL ..... 8 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>VALOR ECONÔMICO</b> ENTRAVES JURÍDICOS AO DESENVOLVIMENTO ..... 10 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>PORTAL DA AMAZÔNIA</b> Mercadante reafirma priorizar a Amazônia em encontro com Omar Aziz ..... 12 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>PORTAL DA AMAZÔNIA</b> Empresas do PIM devem aumentar faturamento com novos voos de carga ..... 13 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>ASSESSORIA SUFRAMA</b> Zona Franca de Manaus é tema de reunião com representantes do governo americano ..... 14 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>BV NEWS</b> Governador recebe comitiva guianense ..... 15 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>VALOR</b> Produto importado ficou 8% mais barato ..... 16 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>VALOR</b> Indústria mantém otimismo ..... 18 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>MANAUS ONLINE</b> Zona Franca de Manaus é tema de reunião com representantes do governo americano ..... 19 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>AMAZÔNIA NOTÍCIAS</b> Amazônia vai ganhar mais cientistas e pesquisadores ..... 20 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>FOLHA.COM</b> Brasil vai substituir "importação desnecessária", diz Camex ..... 22 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>ADMINISTRADORES SITE</b> Incentivos Governamentais à Cultura de Exportação das Empresas Brasileiras Privadas ..... 23 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>EXTRA ON LINE</b> Governo estuda tarifa maior para 'importações desnecessárias', como bebidas, tabaco e perfumes ..... 25 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>COARI EM DESTAQUE</b> Governador Omar Aziz e ministro Mercadante acertam parcerias ..... 26 VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO <b>DIÁRIO DO <u>AMAZONAS</u></b>	EDITORIA
	TÍTULO <b>Piscicultura no AM é pauta de reunião entre Omar e Mercadante</b>	
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

**Governador e ministro também firmaram parcerias que devem viabilizar a construção de uma cidade universitária para a UEA e a reestruturação do CBA.**

**Omar reuniu com Mercadante nesta terça-feira, na sede do governo do Estado. Foto: Arlesson Sicsu**

**Manaus** - Organizar a cadeia da piscicultura para desenvolver a indústria do pescado no Estado, criação da cidade universitária da UEA e de um grande Jardim Botânico na Reserva Ducke além da reestruturação do Centro Centro **Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA)** foram alguns dos assuntos tratados pelo governador Omar Aziz e o ministro da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante, na manhã desta terça-feira, dia 25, na sede do Governo, na Compensa. Omar e Mercadante conversaram sobre a realização de parcerias na área do conhecimento científico para agregar tecnologia à **produção** local e criar modelos de negócios capazes de desenvolver o Estado.

O governador e o ministro disseram que vão trabalhar juntos para que todo o conhecimento científico produzido no Estado tenha como foco principal o **desenvolvimento** de tecnologia e novos modelos de negócios. “Nós queremos que esse conhecimento que adquirimos agora vire emprego, oportunidade, renda para a população. O governador é um homem que tem experiência administrativa, compromisso com o povo e pé no chão. Saímos daqui com várias parcerias para a gente arregaçar as mangas e ajudar a realizar”, disse Mercadante. Uma das prioridades será a piscicultura. “Precisamos de indústrias modernas, com logística capaz de jogar todo esse pescado no mercado nacional e global. Isso vai fortalecer o pequeno produtor”.

Segundo o ministro, a cadeia pesqueira será organizada, a exemplo do que aconteceu com a indústria do frango, de carne suína e pecuária bovina, que levaram o Brasil ao topo do ranking de exportação desses produtos. “Com assessoria técnica, orientação e mercado garantido para a **produção** podemos Distrito Pólo **Distrito Industrializar** o peixe produzido aqui”.

O governador Omar Aziz citou alguns exemplos que já vem sendo adotados no Estado nesse sentido. “Em breve vamos inaugurar duas fábricas de salga do pirarucu no

interior, mas muito mais pode ser feito”. Citou ainda a **produção** de castanha e outros produtos extrativistas, como a juta malva e a borracha, que já recebem incentivos do Estado, mas que precisam de maiores investimentos.

A reunião contou com a presença do secretário estadual de Ciência e Tecnologia, Odenildo Sena, da diretora científica da Fundação de Amparo a Pesquisa do **Amazonas** (Fapeam), Maria Olivia, e da vice reitora da Universidade do Estado do **Amazonas** (UEA), Marly Guimarães, além do diretor presidente do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), Adalberto Val, e do diretor do Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (Inpi), Carlos Nobre. Segundo Carlos Nobre, está em estudo a implantação em **Manaus** de um escritório do instituto para incentivar o registro de patentes.

Omar elogiou o fato de o ministro ter assumido que priorizará a Amazônia como uma região estratégica para o Brasil e o mundo na área de pesquisa. “Nós sabemos que a Amazônia é um grande laboratório e o ministro tem essa sensibilidade. Ele sabe que para preservar temos que ter inovação tecnológica e para isso é preciso investimento. Nós só vamos poder gerar emprego e renda com o que nossas riquezas naturais nos oferecem com inovação e pesquisa”, disse o governador, ao ressaltar que a pesquisa deve ter caráter pragmático. “Temos que deixar o romantismo de lado e trabalhar com aquilo que agrega valor e gera oportunidade para o povo”.

#### **Cidade Universitária**

“Um sonho que vai se tornar realidade”, foi como o governador descreveu o projeto da Cidade Universitária, que será construída para a UEA. Será um complexo que vai agregar toda a estrutura da universidade, além de alojamentos, restaurante, biblioteca laboratórios entre outros espaços. Omar disse que vai contar com a parceria do Ministério da Ciência e Tecnologia para por o projeto em prática, mas também pretende buscar recursos em outras fontes de financiamento, como o BNDES e até na iniciativa privada.

Outro projeto discutido foi a transformação da Reserva Ducke num grande Jardim Botânico. A previsão do ministro é que a obra fique pronta para a Copa de 2014. “A ideia é que lá possa ser um local para atividades como arborismo e

que o conhecimento de pesquisa da Amazônia esteja disponível de forma didática à população”.

### **Reestruturação do CBA**

Durante a reunião tratou-se, ainda, sobre a reestruturação do CBA. “O Centro de Biotecnologia tem papel estratégico na região e a gente espera que nos próximos anos ele possa fazer aquilo para o qual foi planejado e nos dar condições de ter o conhecimento exato daquilo que a gente pode usufruir”, destacou o governador.

Segundo o ministro Mercadante, está prevista uma reunião com os ministérios da Ciência e Tecnologia, do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Desenvolvimento, Desenvolvimento, Indústria e Comércio para discutir o assunto. “ Vamos discutir a criação de um novo Conselho Diretor, definir linha de pesquisa e melhorar as condições de

financiamento para poder concluir os equipamentos necessários e montarmos uma equipe que tenha carreira, um plano de negócios e um plano de pesquisa. O CBA pode ser um grande centro de pesquisa da biodiversidade e gerar muitas oportunidades para investimento e emprego na região”, disse o ministro, ao reconhecer que o centro está subutilizado.

### **Escritório do Inpi**

Sobre a vinda do escritório de patentes do Inpe para Manaus, o ministro afirmou que o assunto será discutido com o ministro da Indústria e Comércio, Fernando Pimentel. “Tem crescido muito o número de patentes na Amazônia e nós precisamos motivar os pesquisadores e cientistas a registrarem as patentes”.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>GOVERNO QUER POLÍTICA MAIS AGRESSIVA NO <u>COMÉRCIO</u> EXTERIOR</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Nova equipe do MDIC tem discurso afinado: conter importação que não seja necessária e incentivar mais as Exportações**

**Eduardo Rodrigues - O Estado de S.Paulo**

Com a missão de preservar o saldo comercial brasileiro em torno de US\$ 20 bilhões em 2011, a nova equipe de secretários do Ministério do **Desenvolvimento, Desenvolvimento, Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)** assumiu o comando de áreas estratégicas da pasta com um discurso afinado: é preciso mais agressividade na defesa contra o aumento exagerado das importações e nas políticas de incentivo às exportações.

"É preciso aproximar o tempo de trabalho do ministério com o tempo do setor privado", sentenciou o secretário-executivo do MDIC, Alessandro Teixeira, em café de apresentação dos secretários a jornalistas.

**"Vamos ter uma pauta proativa."**

O novo secretário-executivo da Câmara de **Comércio Exterior (Camex)**, Emílio Garófalo Filho, deixou claro que a posição das autoridades brasileiras será mais dura em relação à concorrência com produtos fabricados no exterior. "É preciso substituir as importações desnecessárias", afirmou o ex-assessor do Ministério da Fazenda.

A fala incisiva, no entanto, veio acompanhada da ressalva de que o governo não voltará a criar barreiras contra mercadorias com similares fabricados no País, como aconteceu na segunda metade do século passado. "Vamos defender produtos que podem ser fabricados no Brasil da maneira adequada", disse Garófalo. "O problema é quando o importado só está no mercado brasileiro porque fere a competição justa", completou.


A ampliação do alcance das medidas de antidumping vem desde o ano passado, quando o governo anterior criou

uma norma para punir com mais rigor e rapidez a triangulação de mercadorias e a falsificação de certificados de origem, artimanhas usadas pelos chineses para burlar as sobretaxas aplicadas pelo MDIC em situações onde a prática desleal de **comércio** é comprovada. "Vamos usar mais do mesmo, mas com mais agilidade e velocidade", acrescentou Garófalo.

Investigações. Com experiência de mais de 30 anos na equipe econômica dos diversos governos, o secretário admitiu que o combate a fraudes foi enfraquecido nos anos mais recentes nos quais o País conseguiu fortes saldos comerciais. "Como o Brasil tem vários problemas, quando você vai bem em uma área, acaba virando o foco para outra. Mas agora é diferente, foram apenas cinco ou seis commodities que garantiram o superávit no ano passado", arrematou Garófalo.

Por isso, segundo a nova secretária de **Comércio Exterior** do ministério, Tatiana Prazeres, o departamento de defesa comercial será fortalecido na nova gestão. "Temos vários pedidos de abertura de investigação que serão analisados em breve."

A secretária, que vem da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos, ressaltou que, apesar do foco nas importações, as exportações também terão atenção especial, sobretudo os setores com maior valor agregado, que no momento enfrentam uma concorrência mais acirrada no mercado mundial que tem impacto direto na balança Distrito Pólo **Distrito Industrial** brasileira. "Faremos um cruzamento de países que têm potencial para comprarem nossos produtos", afirmou.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Investimento externo bate recorde e cobre déficit</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Com um movimento extraordinário em dezembro (fluxo positivo de US\$ 15,36 bilhões, o maior em um único mês), o Investimento Estrangeiro Direto, voltado para o setor produtivo, fechou 2010 com o recorde de US\$ 48,46 bilhões. O resultado foi suficiente para cobrir o déficit, também recorde, das transações de **comércio** exterior, serviços e transferências de renda do Brasil com o exterior, que foi de US\$ 47,52 bilhões. Até novembro, tanto o mercado quanto o Banco Central davam como certo que o investimento não cobriria o rombo da conta corrente, provocado pela economia aquecida e o dólar barato. A reviravolta foi provocada por uma operação no setor de petróleo, com o ingresso de US\$ 7,1 bilhões nos últimos dias do ano.

Investimento externo de US\$ 48,4 bi é recorde e cobre déficit na conta do País

Movimento extraordinário de dezembro, causado pela entrada de US\$ 7,1 bi em operação no setor de petróleo, elevou o valor do IED em 2010

Fabio Graner e Fernando Nakagawa

Com um movimento extraordinário no último mês do ano, o Investimento Estrangeiro Direto (IED), aquele voltado para o setor produtivo, fechou 2010 com o recorde de US\$ 48,46 bilhões. O fluxo positivo de US\$ 15,36 bilhões em dezembro, o maior para um único mês em toda a série histórica, levou o saldo do ano a ser mais que suficiente para cobrir o déficit em conta corrente de 2010, que teve o recorde de US\$ 47,52 bilhões.

A conta corrente registra as transações comerciais, serviços e transferências de renda do Brasil com o exterior. A série histórica divulgada pelo Banco Central (BC) tem início em 1947. Até novembro, tanto o mercado quanto o BC davam como certo que o IED não seria suficiente para cobrir o resultado negativo da conta corrente neste ano, tendência que se acentuaria em 2011.

A reviravolta ocorreu basicamente por uma operação gigantesca no setor de petróleo, envolvendo os chineses da petrolífera Sinopec e os espanhóis da Repsol, que levaram ao ingresso de US\$ 7,1 bilhões nos últimos dias do ano passado. A Sinopec adquiriu sozinha esse montante em ações da Repsol

Brasil, que aumentou seu capital para realizar a aliança com os chineses.

Segundo o chefe do Departamento Econômico do BC, Altamir Lopes, essa operação era esperada no início de 2010, quando a autoridade monetária projetava um IED de US\$ 45 bilhões. Mas, ao longo do ano, com o adiamento dessa e de outras operações, o BC reduziu sua estimativa de IED pra US\$ 38 bilhões.


"Algumas operações foram postergadas durante o ano passado. Mas, de fato, algumas que esperávamos só no início de 2011 se materializaram antes, no fim de 2010", disse Altamir.

O técnico da autoridade monetária salientou que, apesar de essa operação individualmente ter alavancado o resultado de dezembro, o saldo seria elevado mesmo sem ela. "Tínhamos a expectativa de US\$ 38 bilhões em IED e o resultado final foi US\$ 10 bilhões superior", disse Altamir. Além da operação da Repsol, ele observou que foram registradas duas operações de cerca de US\$ 1 bilhão cada nos setores de extração mineral e metalurgia.

Inversão. Para 2011, embora admita a possibilidade de rever para cima sua projeção de IED, o Banco Central não trabalha com um cenário em que esses investimentos sozinhos cubram o déficit em conta corrente.

A atual projeção da autoridade monetária é de ingressos de US\$ 45 bilhões em investimentos diretos, enquanto o déficit em conta corrente esperado é de US\$ 64 bilhões. A diferença deve ser coberta com investimentos em títulos, ações e pelo ingresso de recurso de empréstimos tomados no exterior, movimento que em 2010 ganhou força.

O presidente da Sociedade Brasileira de Estudos das Empresas Transnacionais e da Globalização Econômica (Sobeet), Luiz Afonso Lima, disse que é bem provável que o IED realmente não seja suficiente para cobrir o rombo na conta corrente. Embora não veja isso como um fator que possa provocar alguma crise, Lima considera que a persistência de tal situação poderá levar a um ajuste para cima na taxa de câmbio no médio prazo.

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>PRESIDENTE DO TCU DÁ AULA PAGA A ÓRGÃOS QUE FISCALIZA</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Benjamin Zymler recebeu pelo menos R\$ 228 mil por palestras desde 2008**

**Ministro do tribunal afirma que palestras e cursos ministrados por ele de 2008 a 2010 eram "atividades docentes"**

**RUBENS VALENTE**

**DE BRASÍLIA**

Órgãos públicos e entidades submetidos a fiscalização do TCU (Tribunal de Contas da União) pagaram ao menos R\$ 228 mil ao presidente do tribunal, ministro Benjamin Zymler, por palestras e cursos de um ou dois dias entre 2008 e 2010.

Após as palestras, Zymler seguiu como relator de seis procedimentos e participou de ao menos cinco julgamentos de processos de interesse dos contratantes. Em nenhuma das vezes entendeu que havia motivo para se declarar impedido.

As palestras, os custos e as agendas de Zymler não são divulgados pelo site do TCU.

No final de 2008, ele ministrou a servidores da Eletronorte (Centrais Elétricas do Norte do Brasil), por R\$ 21,5 mil, curso de dois dias intitulado "Licitações e Contratos sob a Ótica do TCU".

Zymler é ou foi relator de 41 processos que têm relação direta com a Eletronorte. São provenientes de denúncias de irregularidades, auditorias e acompanhamento.

Meses depois da palestra, Zymler relatou um processo de **monitoramento** de obras da Eletronorte na usina de Tucuruí (PA). Ele concordou com a área técnica do tribunal e mandou reclassificar os indícios de "irregularidades graves com retenção de pagamento" para "irregularidades graves com recomendação de continuidade".

No ano passado, Zymler recebeu R\$ 59 mil por um curso de dois dias, segundo pesquisa realizada a pedido da Folha no Sifai (sistema de acompanhamento de gastos do governo) pelo site Contas Abertas. O pagamento foi feito pela UFABC (Fundação Universidade Governo **Governo**

**Governo Federal** do ABC), de Santo André (SP), vinculada ao Ministério da Educação.

Zymler abriu uma empresa, a EMZ Cursos e Treinamento, que passou a ser contratada pelo Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), para uma série de sete palestras em várias capitais. Cada uma custou R\$ 13 mil.

Por R\$ 20.232,16, o Inpi (Instituto Nacional de Propriedade Distrito Pólo **Distrito Industrial**) contratou Zymler para um curso de oito horas de duração, realizado num único dia, no Rio.

A Conab (Companhia Nacional de Abastecimento), vinculada ao Ministério da Agricultura, pagou R\$ 14,6 mil por um curso de 16 horas proferido a 66 servidores.

Na AGU (Advocacia-Geral da União), o evento custou R\$ 9,6 mil, e foi acompanhado por "cerca de 500 servidores", segundo o órgão, num total de oito horas.

O ministro foi contratado após a dispensa de licitações, sob o argumento de que havia notória especialização, quando se considera a competição inviável ou inexigível. Dispensas de licitação na gestão **Governo Governo Federal** são focos frequentes de críticas do TCU.

O ministro afirmou à Folha, em nota, que os eventos dos quais participou eram "atividades docentes" e também recorreu a uma resolução do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) de 2007.

Contudo, o TCU não é ligado administrativamente ao Judiciário, pois atua como braço do Legislativo na atividade do controle externo, e o CNJ não tem poder de fiscalizar ministros do TCU.

Consultado pela Folha, o CNJ informou que não tem sobre as palestras "resolução ou norma sobre o assunto em questão".

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>PRODUTO IMPORTADO FICOU 8% MAIS BARATO</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

### Marta Watanabe | De São Paulo

A combinação de um mercado aquecido com uma superoferta mundial de produtos fez o Brasil aumentar o volume de importações pagando menos pelos produtos desembarcados. No ano passado o país importou um volume total 13,9% maior que o de 2008, mas o preço médio dos desembarques caiu 8% no mesmo período. Os dados são da Fundação Centro de Estudos do **Comércio** Exterior (Funcex). Em 2010 as importações somaram US\$ 181,6 bilhões, o que significa elevação de 5% em relação a 2008.

Com participação de 46,2% na pauta de importação, os bens intermediários puxaram para baixo a queda de preço. O volume dos desembarques dessa categoria aumentou em 6,8%, enquanto os preços ficaram 5,9% mais baixos. Em razão da demanda aquecida no mercado doméstico, algumas categorias chegaram a apresentar aumento de preço médio de importação no período. Essas elevações, porém, foram muito pequenas na comparação com o aumento de volume.

As importações de bens de consumo duráveis, por exemplo, cresceram 46,9% em volume. O avanço do preço médio do desembarque, porém, foi de apenas 3,1%. "O aumento não chegou nem a repor a inflação.

O mais natural seria que os preços das importações subissem mais em função da demanda do mercado interno. Isso só não aconteceu porque o Brasil surgiu como um dos mercados para os quais todo o mundo quer vender", diz José Augusto de Castro, vice-presidente da Associação de **Comércio** Exterior do Brasil (AEB).

"Com superoferta de produtos, os importadores brasileiros puderam comprar volumes maiores e negociar preços melhores", acrescenta Castro. Segundo ele, a evolução de volume e preço indica que até fornecedores mais tradicionais, incluindo os chineses, provavelmente reduziram seus preços para não perder mercado. Mesmo para o exportador chinês, que contou com a valorização do yuan frente ao **dólar**, isso pode ter significado abrir mão de um pedaço do lucro.

"Até 2008, a evolução dos preços das importações refletiu a expansão do mercado internacional", acredita Lia

Valls, professora da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Em 2009, lembra, o efeito da crise financeira quebrou o ritmo de crescimento. No ano passado, criou-se uma pressão pela compra de bens pelos países emergentes, que apresentaram crescimento forte ao mesmo tempo em que havia recuperação mais lenta dos países desenvolvidos. Essa pressão, diz Lia, ajuda a explicar o contraste no comportamento de volumes e preços dos desembarques.

Fernando Ribeiro, economista-chefe da Funcex, lembra que o ritmo de crescimento do volume das importações seguiu a tendência que já havia surgido no período pré-crise. "Houve uma interrupção temporária em 2009, mas existia uma evolução forte na quantidade importada em todas as categorias, sendo mais acentuada em bens de consumo duráveis e em bens de capital."

Segundo os dados da Funcex, no ano passado o Brasil importou mais que o triplo do que havia desembarcado em quantidade de bens de consumo não duráveis em 2006. Ribeiro explica que o crescimento nos desembarques desses bens pode ser explicado em parte pela baixa base de comparação, principalmente em 2002 e 2003. "Essa importação é muito sensível ao câmbio e à demanda doméstica, que tem crescido mais rapidamente que a capacidade produtiva e transbordado para as importações." Com os bens de capital, avalia Ribeiro, o fenômeno é parecido. "Os investimentos estão altos e parte disso está sendo direcionada para fora, com importação de bens de capital", acrescenta. Em 2010 a quantidade desembarcada de bens de capital aumentou 23,4% enquanto os preços médios de categoria tiveram queda de 3%, sempre em relação a 2008 (porque a crise transformou 2009 em um ano atípico).

Para Flávio Castelo Branco, gerente-executivo de política econômica da Confederação Nacional da Indústria (CNI), os dados mostram a forte penetração dos importados no consumo interno, com perda da indústria nacional. Segundo ele, o cenário deve permanecer em 2011 caso não haja mudanças. "O câmbio continua com valorização do real, apesar das tentativas de contenção do governo e do Banco Central, e temos muitas distorções competitivas." Além do câmbio favorável, o excesso de oferta de produtos Distrito



Pólo **Distrito Industrial**izados no mercado internacional propicia estabilidade ou queda de preços na importação desse produto, diz Ribeiro. É o contrário do que vem acontecendo com as commodities que, com demanda forte, têm os preços pressionados para cima. "É isso que tem permitido ao Brasil comprar mais barato e vender mais caro", analisa Ribeiro.

Ao contrário das importações, as exportações brasileiras totais caíram em termos de volume e apresentaram aumento de preço. A queda na quantidade exportada foi de 2,2% em 2010 na comparação com 2008. No mesmo período houve aumento de 4,4% no preço médio das vendas ao exterior. No ano passado, as exportações somaram US\$ 201,9 bilhões, com aumento de 2% em relação a 2008. Os básicos, que incluem as commodities, foram os que tiveram o melhor desempenho, com crescimento de 14,5% em volume e

7,5% de elevação no preço médio. As vendas de manufaturados ao exterior, ao contrário, perderam 16% em volume e tiveram aumento de preços de apenas 2,1%. Ribeiro não acredita que o cenário do **comércio** exterior mude num período curto. Para ele, a grande diferença acontecerá em função do mercado interno. Ele lembra que até mesmo medidas para aumento de competitividade têm efeito relativo com crescimento interno elevado. Hoje, a indústria nacional está com sua **produção** voltada ao consumo doméstico, sem estímulos à exportação. Ele exemplifica com o setor automobilístico. Em 2003 e 2004, lembra, o setor procurava exportar porque tinha 50% de capacidade ociosa. Hoje, as indústrias voltaram a ter sua **produção** sustentada por um mercado doméstico com demanda tão grande que tem propiciado uma importação maior de veículos. Para ele, é necessário um controle da demanda interna.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>CHINA LIDERA INVESTIMENTO NO BRASIL</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

### Sergio Lamucci | De São Paulo

A China liderou o investimento estrangeiro direto no Brasil em 2010. O fluxo de capital chinês para atividades produtivas atingiu até US\$ 17 bilhões no ano passado, pouco menos de um terço do total de US\$ 52,6 bilhões de ingressos para operações de participação no capital, segundo estimativas são da Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e da Globalização (Sobeet). Em dezembro, o investimento estrangeiro direto líquido ficou em US\$ 15,3 bilhões, volume inflado pela compra de 40% do capital da Repsol pela chinesa Sinopec, no valor de US\$ 7,1 bilhões.

O presidente da Sobeet, Luis Afonso Lima, diz que é difícil ter uma ideia exata de quanto investimento chinês entrou no Brasil, porque as companhias do país asiático enviam muitas vezes os recursos a partir de outros países. Os números do Banco Central (BC) mostram apenas US\$ 392 milhões de capital chinês nas operações de participação de capital em todo o ano passado, quando apenas a operação da Sinopec com a Repsol superou em mais de 18 vezes esse valor. A análise dos dados do BC indica que o dinheiro entrou via Luxemburgo, país que oferece generosos benefícios fiscais, aparecendo como o maior investidor em atividades produtivas no Brasil, tanto em dezembro, com US\$ 7,3 bilhões, como no ano inteiro, com US\$ 8,6 bilhões.

**"Os investimentos chineses são fortemente concentrados em setores ligados a commodities", ressalta Lima.**

Em maio, a Sinochem comprou, por US\$ 3 bilhões, 40% do campo de Peregrino, pertencente à petrolífera norueguesa Statoil. No mesmo mês, a State Grid adquiriu por US\$ 1,7 bilhão sete companhias de transmissão de energia da Plena, de controle espanhol. Três meses antes, a Wuhan Iron & Steel (Wisco) havia comprado 21,5% do capital da MMX, a mineradora de Eike Batista, por US\$ 400 milhões. Por valor idêntico, a Honbridge, do setor de

mineração, fechou a aquisição do projeto Salinas da Votorantim Novos Negócios, na Bahia.

Outra operação de vulto anunciada neste ano foi a compra da Itaminas pela chinesa ECE, por US\$ 1,2 bilhão. Mas, segundo o presidente da Câmara de **Comércio** e Indústria Brasil-China, Charles Tang, o pagamento ainda não foi efetuado por conta de disputas com acionistas minoritários.

O professor Antônio Correa de Lacerda, da PUC-SP, estima que as entradas de recursos chineses ficaram em US\$ 13 bilhões no ano passado. As operações já fechadas podem superar esse valor, mas nem todo o dinheiro entra de uma vez, afirma ele, que mostra preocupação com a ofensiva do capital chinês no Brasil.

Com a aquisição de empresas produtoras de commodities, o país busca mais autonomia no fornecimento de matérias-primas minerais e de alimentos, além de propiciar a abertura de mercado para empresas chinesas de outros setores - a companhia que explora commodities usa equipamentos fabricados por outra empresa chinesa, exemplifica Lacerda.

Tang estima que as compras de empresas no Brasil por companhias chinesas podem ter superado US\$ 20 bilhões em 2010, também ressaltando que muitas vezes a entrada de recursos não ocorre simultaneamente ao anúncio da operação.

"Somando a esses mais de US\$ 20 bilhões o empréstimo de US\$ 10 bilhões feitos à Petrobras pelo China Development e os US\$ 55 bilhões de **comércio** bilateral, a parceria com a China é de mais de US\$ 85 bilhões", diz Tang.

Segundo ele, até 2009, os investimentos chineses acumulados no país não passavam de US\$ 400 milhões.

Para Lacerda, os números de inversões em atividades produtivas de 2010 evidenciam que a China se tornou um parceiro muito importante não apenas no **comércio** como

também no investimento. "O mundo e o Brasil estão ficando um pouco reféns da China."

Lima diz que, como os investimentos da China são recentes, se concentram em compras na participação no capital, não havendo números relevantes de empréstimos intercompanhias (realizados entre a matriz e a filial).

Os ingressos para operações de participação no capital ficaram em US\$ 52,6 bilhões em 2010, um número diferente do fluxo líquido de US\$ 48,4 bilhões, que engloba também os empréstimos intercompanhias, excluindo as operações de repatriamento de capital feitas pelas multinacionais.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>ENTRAVES JURÍDICOS AO <u>DESENVOLVIMENTO</u></b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Roberto Goldstajn**

O **desenvolvimento** sustentável é definido como a harmonização de interesses entre três dimensões: ambiente, negócios e sociedade. Dessa forma, o **desenvolvimento socioeconômico do Brasil, em especial nas regiões mais carentes, somente será possível por meio de ações coordenadas entre Estado e iniciativa privada, com a participação de todos os agentes sociais.**

Inúmeros líderes empresariais têm buscado incorporar o conceito de sustentabilidade em suas estruturas organizacionais. E qual a consequência dessas ações? Significa aumentar de uma só vez a disponibilidade de mão de obra qualificada, a criação de postos de trabalho, o consumo consciente, a arrecadação tributária justa e a preservação da qualidade de vida do homem.

Por isso, a importância de ações coordenadas voltadas para aperfeiçoamento do processo de **desenvolvimento** sustentável, dentre as quais, a utilização de incentivos fiscais do Estado como forma de viabilizar investimentos estruturais - educação, emprego, habitação e saúde - sem riscos para a operação futura.

Ora, como é de conhecimento notório, o Congresso Nacional vem discutindo uma série de mudanças legislativas, inclusive, em relação à guerra fiscal entre os Estados para possibilitar um tratamento diferenciado para aqueles menos desenvolvidos.

Ocorre que a introdução dessa medida esbarra em diversos dispositivos constitucionais, em especial, naquele que prevê a autonomia tributária de cada ente político - União, Estados, Distrito Governo **Governo Governo Federal** e municípios. Com efeito, a política fiscal de um ente político jamais poderá interferir na de outro sob pena de invadir o seu campo de competência.

A Constituição Governo **Governo Governo Federal** garante ampla autonomia aos entes políticos Apenas para exemplificar esse raciocínio, inúmeros Estados exigem das empresas que utilizam os seus portos para desembarque de suas mercadorias uma alíquota menor de ICMS, bem como, concede um crédito presumido da diferença de alíquota

interestadual para tornar atraente esta operação. Desse modo, o Estado remetente ao conceder esse crédito presumido está evitando que o Estado destinatário da mercadoria importada através de seu porto arrecade de forma efetiva o ICMS efetivamente devido.

No entanto, inexistente mecanismo de compensação para eventual interferência negativa na política fiscal de cada Estado como forma de viabilizar o **desenvolvimento** de regiões menos desenvolvidas. Como o atual texto constitucional garante ampla autonomia de cada ente político para gerir o seu orçamento, os Estados estão devidamente amparados para brigarem pelas suas receitas, inclusive, através de glosas de créditos.

Diante desse raciocínio, deve-se perguntar de quem é a responsabilidade pelo ressarcimento dos prejuízos experimentados pelo Estado destinatário. Contribuinte ou Estado remetente?

A propósito, a ministra Ellen Gracie, do Supremo Tribunal Governo **Governo Governo Federal** (STF), ao analisar pedido de concessão liminar em sede de ação cautelar para atribuir efeito suspensivo ao recurso extraordinário interposto por um contribuinte asseverou que "não é dado ao Estado de destino, mediante glosa à apropriação de créditos nas operações interestaduais, negar efeitos aos créditos apropriados pelos contribuintes". (AC nº 2.611 MC/MG, relatora ministra Ellen Gracie, DJ 25/06/2010)

Tal entendimento também está em consonância com a tese do ministro Sepúlveda Pertence. "As normas constitucionais, que impõem disciplina nacional ao ICMS, são preceitos contra os quais não se pode opor a autonomia do Estado, na medida em que são explícitas limitações. O propósito de retaliar preceito de outro Estado, inquinado da mesma balda, não valida a retaliação: inconstitucionalidades não se compensam", disse. (ADI 2377-MC, relator ministro Sepúlveda Pertence, DJU 27/11/03) Nesse contexto, o Supremo Tribunal Governo **Governo Governo Federal**, em pelo menos duas situações, já admitiu a possibilidade de eximir a responsabilidade dos contribuintes por eventuais

prejuízos causados aos cofres públicos estaduais em função da famigerada guerra fiscal.

Frise-se, por oportuno, que a Câmara Superior do Tribunal de Impostos e Taxas do Estado de São Paulo, em sede recurso especial, reforçou entendimento de que o contribuinte não pode ser penalizado pela guerra fiscal entre os Estados, conforme se depreende do trecho do voto da juíza Venessa P. Rodrigues Domenes.

"Assim, em respeito ao princípio da federação, disposto no artigo 1º da Constituição Governo **Governo Governo Federal**, não se pode admitir que o agente fiscal possa declarar nula norma do outro Estado-Membro", afirmou

Com isso, resta claro que eventuais mudanças em relação à possibilidade de utilização segura de incentivos

fiscais estaduais como forma de viabilizar o **desenvolvimento** regional somente poderão ocorrer após alterações constitucionais.

Roberto Goldstajn é gerente sênior na Ernst & Young Terco Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

	VEÍCULO PORTAL DA AMAZÔNIA	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Mercadante reafirma priorizar a Amazônia em encontro com Omar Aziz</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**MANAUS** - O ministro da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante, participou, na manhã de hoje (25), de reunião com o governador do Amazonas, Omar Aziz. O encontro aconteceu na sede do Governo, localizado no bairro Compensa, zona Oeste de Manaus. Eles conversaram sobre a efetivação de parcerias na área de conhecimento científico. Entre os destaques da reunião está a promessa de investimento na piscicultura do Estado.

A criação da cidade universitária da Universidade Estadual do Amazonas (UEA), de um Jardim Botânico na Reserva Ducke, a reestruturação do Centro Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA) e a organização da cadeia de piscicultura foram alguns dos temas abordados por Omar. Os investimentos na indústria pesqueira, por exemplo, tem o objetivo de torná-la tão importante como a bovina, suína e aviária. “Com assessoria técnica, orientação e mercado garantido para a produção podemos Distrito Pólo Distrito Industrializar o peixe produzido aqui”, disse Mercadante.

O ministro assumiu acreditar que o CBA, com potencial para ser referência quanto a pesquisas, não está sendo bem utilizado, carecendo de reestruturação. Para tratar do assunto, o ministro deve marcar reunião com os Ministérios da Ciência e Tecnologia, do Meio Ambiente e do Desenvolvimento, Desenvolvimento, Indústria e Comércio. “Vamos discutir a criação de um novo Conselho Diretor, definir linha de pesquisa e melhorar as condições de financiamento para poder concluir os equipamentos necessários e montarmos uma equipe que tenha carreira, um plano de negócios e um plano de pesquisa”, afirmou.

O governador Omar Aziz declarou estar lisonjeado com o fato de o ministro priorizar a Amazônia como uma região estratégica na área de pesquisas científicas. “Nós sabemos que a Amazônia é um grande laboratório e o ministro tem essa sensibilidade. Ele sabe que para preservar

temos que ter inovação tecnológica e para isso é preciso investimento. Nós só vamos poder gerar emprego e renda com o que nossas riquezas naturais nos oferecem com inovação e pesquisa”, comentou.

Estavam presentes no encontro o secretário estadual de Ciência e Tecnologia, Odenildo Sena, o diretor presidente do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), Adalberto Val, e a vice-reitora da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Marly Guimarães, além da diretora científica da Fundação de Amparo a Pesquisa do Amazonas (Fapeam), Maria Olivia, e do diretor do Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (Inpi), Carlos Nobre.

#### Projetos

Outros assuntos estiveram na pauta da reunião desta terça-feira. Entre elas, a construção da cidade universitária da UEA. Sobre o assunto, Omar afirmou almejar a criação de uma parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia, mas também planeja com outras fontes de financiamento, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a iniciativa privada.

A construção de um Jardim Botânico na Reserva Adolpho Ducke e a criação de um escritório de patentes em Manaus também foram tratados. A primeira obra deve ser entregue até a Copa de 2014. Já o escritório ainda será discutido com o ministro da Desenvolvimento, Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Fernando PIMentel, mas está baseado no crescimento do número de patentes na região amazônica.

	VEÍCULO PORTAL DA AMAZÔNIA	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Empresas do <u>PIM</u> devem aumentar faturamento com novos voos de carga</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**MANAUS** - A empresa Lufthansa Cargo vai disponibilizar voos de carga Manaus/Frankfurt para o transporte de insumos e a escoação da produção do Polo Distrito Pólo Distrito Industrial de Manaus (PIM), a partir desta semana. O anúncio foi feito na semana passada na sede da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA).


A coordenadora-geral de Estudos Econômicos e Empresariais da SUFRAMA, Ana Maria Souza, afirmou que o aumento da oferta de voos para atender as empresas do PIM é um ganho em termos de qualidade, custo e de otimização do tempo, já que a disponibilização de voos semanais, além de agilizar a importação de insumos, também irá contribuir para o aumento das exportações. “A empresa tem intenção em estender a malha de voos para a América do Sul, onde está a maior parte do destino das exportações do PIM”, diz a coordenadora. Segundo ela, a entrada da Lufthansa Cargo no mercado de linhas aéreas de Manaus deve estimular o interesse de outras empresas em se instalar na região.

Um dos motivos importantes para a vinda da empresa é a visualização de um cenário econômico em franco crescimento, com a expectativa de aumento de 36% no faturamento acumulado do PIM para os próximos quatro anos. “O mercado do Amazonas, por consequência da Zona Franca de Manaus (ZFM), representa para a Lufthansa Cargo

uma enorme possibilidade de aumento no leque de clientes, como exemplo as empresas do setor eletroeletrônico, que provavelmente são as que mais deverão se beneficiar com os novos voos”.

Daniel Beckmann, diretor regional da Lufthansa Cargo para América do Sul, Caribe e Flórida, explica que “esse voo, que trará os insumos para o Polo irá retornar pelo Equador, que é um grande destino de exportação, sendo assim, essa combinação faz com que essa seja uma operação muito rentável para os dois lados e fecha uma lacuna importante na malha aérea sul-americana da empresa”.

A Lufthansa Cargo irá disponibilizar dois voos semanas que partirão as segundas e às sextas-feiras, com escala no aeroporto de Viracopos, em Campinas (SP). Os vôos de volta serão às terças-feiras e aos sábados. O voo inaugural Manaus – Frankfurt foi realizado no último sábado, 22. (AL)

	VEÍCULO ASSESSORIA <b>SUFRAMA</b>	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Zona Franca de Manaus é tema de reunião com representantes do governo americano</b>		
ORIGEM PRESS-RELEASE DA ASSESSORIA DE IMPRENSA	ENFOQUE POSITIVO	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Lisângela Costa**

O modelo **Zona Franca de Manaus (ZFM)** está na pauta do governo norte-americano. Uma comitiva formada por integrantes da área de Assuntos Econômicos da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil participou de reunião na sede da Superintendência da **Zona Franca de Manaus (SUFRAMA)** com o objetivo de conhecer os reflexos do modelo ZFM para a economia da região.

O encontro integra a extensa agenda da comitiva na capital amazonense e faz parte da estratégia do governo norte-americano de prospectar informações acerca do mercado brasileiro. “O Brasil ocupa a oitava posição na economia mundial e, segundo especialistas, dentro de pouco tempo, deve ocupar a quinta posição. Então, a nossa responsabilidade é conhecer melhor o mercado brasileiro que está se tornando cada vez mais importante no cenário mundial e não poderíamos deixar de visitar **Manaus** e saber mais informações sobre a **Zona Franca**”, explicou John Barrett, secretário para Assuntos Econômicos da Embaixada dos Estados Unidos e um dos integrantes da comitiva.

Barrett ressaltou a grande concentração de empresas no parque fabril, incluindo multinacionais de origem americana, como é o caso da Coca-Cola, Pepsi e Gillette. Outro aspecto que mereceu destaque por parte do secretário foram os benefícios econômicos e sociais gerados pelo modelo **Zona Franca de Manaus (ZFM)** a partir do apoio a projetos voltados ao **desenvolvimento** das potencialidades regionais.


Porém, foi a questão ambiental, que se encontra na pauta de prioridades de todo o mundo, o que mais chamou a atenção. Barrett mostrou-se impressionado com o alto índice de preservação da floresta amazônica no Estado, em grande parte devido ao parque fabril de **Manaus**. “É a indústria trazendo benefícios ambientais não só para o Estado (**Amazonas**), mas também para todo o mundo”, frisou.

Durante a reunião, o **Superintendente** adjunto de Projetos da autarquia, Oldemar Ianck, fez uma explanação sobre o funcionamento do modelo **Zona Franca de Manaus**, os resultados alcançados pelo **PIM** nos últimos anos, ressaltando aspectos como faturamento, empregabilidade e principais destinos de importação e exportação. O representante da **SUFRAMA** também ressaltou as ações na área de **desenvolvimento** regional, frisando projetos importantes alavancados em parceria com a autarquia, e outros considerados estratégicos, como é o caso do Centro **Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA)** e do Centro de Ciência, Tecnologia e Inovação do Polo Distrito Pólo **Distrito Industrial de Manaus (CT-PIM)**.

Na agenda da comitiva, estão previstas ainda visitas a empresas e reuniões com representantes de órgãos governamentais.

Balança Comercial – Atualmente, os Estados Unidos ocupam a quarta posição na pauta de importação do **Amazonas** e é o quinto país na lista dos principais destinos de exportação do Estado. De janeiro a dezembro de 2010, as vendas do **Amazonas** ao mercado americano somaram US\$ 55,467 milhões, sendo que os produtos fabricados no **PIM** lideram a lista de exportação, com destaque para telefone celular, lâminas de barbear, motocicletas, outras partes de motores de explosão e outros aparelhos receptores de radiodifusão para veículos e automóveis. No mesmo período, as importações daquele país para o **Amazonas** atingiram US\$ 933,235 milhões. Os itens que lideram a pauta de importação são óleo diesel, estireno, papel para foto, outras partes e acessórios para motocicletas e chapas de ligas de alumínio.



	VEÍCULO BV NEWS	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Governador recebe comitiva guianense</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**O governador José de Anchieta recebeu na manhã desta terça-feira (25), no Palácio Senador Hélio Campos, empresários e representantes do governo da República Cooperativista da Guiana. Durante o encontro, eles discutiram os acordos já firmados entre o Brasil e o país vizinho, que interessam diretamente o estado de Roraima, e novas metas e possibilidades de acertos para 2011.**

Entre os integrantes da comitiva guianense estavam Goffry da Silva, que preside o Departamento de Investimentos daquele País e foi indicado recentemente para ficar à frente da Embaixada da Guiana na Venezuela; e Ramesh Dookho e Komal Ramnauth, que são os principais representantes da Câmara de **Comércio** Brasil/Guiana.

Durante a reunião, foram discutidos assuntos ligados aos setores de mercado e de infraestrutura. De acordo com Goffry da Silva, os investimentos do governo brasileiro naquele país criaram uma nova perspectiva econômica na área fronteiriça.

“Depois da construção da ponte sobre o rio Itacutu, aconteceu um salto no crescimento econômico daquela região e isso é muito bom para ambos os países. Agora temos que pôr em prática alguns pontos que foram traçados pelo governador Anchieta para dinamizar esse processo de crescimento.”, destacou o representante do governo da Guiana.

Os pontos mencionados por Goffry são parte de uma agenda que contém uma lista de prioridades elaborada pelo governo de Roraima para serem executadas de forma conjunta por autoridades guianenses e roraimenses. O objetivo principal é melhorar a relação do estado com o país vizinho e estreitar os laços comerciais, culturais e de cooperação técnica.

Para Anchieta, independente da agenda de propostas, as relações do estado com a Guiana melhoram a cada dia. Segundo ele, essa ótima relação é fruto de uma política de atenção e respeito com os países fronteiriços.

“Nossos laços são muito estreitos e os interesses comuns. Desenvolver e crescer são as palavras de ordem tanto em

Roraima como na Guiana, por isso buscamos tanto afinar essa sintonia”, frisou.


O chefe do Executivo estadual salientou que o clima de irmandade entre Roraima e a Guiana vem sendo construído através de uma relação direta com o presidente Barrath Jagdeo, que por diversas oportunidades veio ao estado buscar entendimentos para desenvolver a economia da região.

“Entendemos que, assim como Roraima precisa da Guiana para crescer, a Guiana precisa de Roraima, e tanto eu quanto o presidente Barrath temos a percepção de buscar essa harmonia, por isso acredito que as constantes visitas do presidente Jagdeo ao estado em 2010 foram tão valorosas”, destacou Anchieta.

Os guianenses destacaram ainda a construção da estrada que ligará Lethen à Linden, prometida pelo governo brasileiro ainda na gestão do presidente Lula. Essa estrada terá um papel fundamental para exportação de produtos brasileiros para os mercados do Caribe, América do Norte e Europa.

De acordo com Anchieta, embora o Brasil tenha trocado de comando, a promessa deverá ser cumprida, uma vez que a política de governo da presidente Dilma, semelhante à do ex-presidente Lula, é de fomentar o **desenvolvimento**. Ele destacou que a obra beneficiará não apenas o estado, mas toda a região Norte, que terá acesso a mercados internacionais por meio de uma rota mais curta.

“Acreditamos que o Governo **Governo** **Governo** **Governo Federal** não abandonará esse pleito, porque ele é bom para Roraima e para o Brasil. Essa será uma nova rota para exportar para um mercados que consome cada vez mais produtos brasileiros, beneficiando assim toda a região”, concluiu.

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Produto importado ficou 8% mais barato</b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

### Marta Watanabe | De São Paulo

A combinação de um mercado aquecido com uma superoferta mundial de produtos fez o Brasil aumentar o volume de importações pagando menos pelos produtos desembarcados. No ano passado o país importou um volume total 13,9% maior que o de 2008, mas o preço médio dos desembarques caiu 8% no mesmo período. Os dados são da Fundação Centro de Estudos do **Comércio** Exterior (Funcex). Em 2010 as importações somaram US\$ 181,6 bilhões, o que significa elevação de 5% em relação a 2008.

Com participação de 46,2% na pauta de importação, os bens intermediários puxaram para baixo a queda de preço. O volume dos desembarques dessa categoria aumentou em 6,8%, enquanto os preços ficaram 5,9% mais baixos. Em razão da demanda aquecida no mercado doméstico, algumas categorias chegaram a apresentar aumento de preço médio de importação no período. Essas elevações, porém, foram muito pequenas na comparação com o aumento de volume.

As importações de bens de consumo duráveis, por exemplo, cresceram 46,9% em volume. O avanço do preço médio do desembarque, porém, foi de apenas 3,1%. "O aumento não chegou nem a repor a inflação. O mais natural seria que os preços das importações subissem mais em função da demanda do mercado interno. Isso só não aconteceu porque o Brasil surgiu como um dos mercados para os quais todo o mundo quer vender", diz José Augusto de Castro, vice-presidente da Associação de **Comércio** Exterior do Brasil (AEB).

"Com superoferta de produtos, os importadores brasileiros puderam comprar volumes maiores e negociar preços melhores", acrescenta Castro. Segundo ele, a evolução de volume e preço indica que até fornecedores mais tradicionais, incluindo os chineses, provavelmente reduziram seus preços para não perder mercado. Mesmo para o exportador chinês, que contou com a valorização do yuan frente ao **dólar**, isso pode ter significado abrir mão de um pedaço do lucro.

"Até 2008, a evolução dos preços das importações refletiu a expansão do mercado internacional", acredita Lia Valls, professora da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Em

2009, lembra, o efeito da crise financeira quebrou o ritmo de crescimento. No ano passado, criou-se uma pressão pela compra de bens pelos países emergentes, que apresentaram crescimento forte ao mesmo tempo em que havia recuperação mais lenta dos países desenvolvidos. Essa pressão, diz Lia, ajuda a explicar o contraste no comportamento de volumes e preços dos desembarques.

Fernando Ribeiro, economista-chefe da Funcex, lembra que o ritmo de crescimento do volume das importações seguiu a tendência que já havia surgido no período pré-crise. "Houve uma interrupção temporária em 2009, mas existia uma evolução forte na quantidade importada em todas as categorias, sendo mais acentuada em bens de consumo duráveis e em bens de capital."

Segundo os dados da Funcex, no ano passado o Brasil importou mais que o triplo do que havia desembarcado em quantidade de bens de consumo não duráveis em 2006. Ribeiro explica que o crescimento nos desembarques desses bens pode ser explicado em parte pela baixa base de comparação, principalmente em 2002 e 2003. "Essa importação é muito sensível ao câmbio e à demanda doméstica, que tem crescido mais rapidamente que a capacidade produtiva e transbordado para as importações." Com os bens de capital, avalia Ribeiro, o fenômeno é parecido. "Os investimentos estão altos e parte disso está sendo direcionada para fora, com importação de bens de capital", acrescenta. Em 2010 a quantidade desembarcada de bens de capital aumentou 23,4% enquanto os preços médios de categoria tiveram queda de 3%, sempre em relação a 2008 (porque a crise transformou 2009 em um ano atípico).

Para Flávio Castelo Branco, gerente-executivo de política econômica da Confederação Nacional da Indústria (CNI), os dados mostram a forte penetração dos importados no consumo interno, com perda da indústria nacional. Segundo ele, o cenário deve permanecer em 2011 caso não haja mudanças. "O câmbio continua com valorização do real, apesar das tentativas de contenção do governo e do Banco Central, e temos muitas distorções competitivas." Além do câmbio favorável, o excesso de oferta de produtos Distrito Pólo **Distrito Industrializados** no mercado internacional

propicia estabilidade ou queda de preços na importação desse produto, diz Ribeiro. É o contrário do que vem acontecendo com as commodities que, com demanda forte, têm os preços pressionados para cima. "É isso que tem permitido ao Brasil comprar mais barato e vender mais caro", analisa Ribeiro.

Ao contrário das importações, as exportações brasileiras totais caíram em termos de volume e apresentaram aumento de preço. A queda na quantidade exportada foi de 2,2% em 2010 na comparação com 2008. No mesmo período houve aumento de 4,4% no preço médio das vendas ao exterior. No ano passado, as exportações somaram US\$ 201,9 bilhões, com aumento de 2% em relação a 2008. Os básicos, que incluem as commodities, foram os que tiveram o melhor desempenho, com crescimento de 14,5% em volume e 7,5% de elevação no preço médio. As vendas de

manufaturados ao exterior, ao contrário, perderam 16% em volume e tiveram aumento de preços de apenas 2,1%.

Ribeiro não acredita que o cenário do **comércio** exterior mude num período curto. Para ele, a grande diferença acontecerá em função do mercado interno. Ele lembra que até mesmo medidas para aumento de competitividade têm efeito relativo com crescimento interno elevado. Hoje, a indústria nacional está com sua **produção** voltada ao consumo doméstico, sem estímulos à exportação. Ele exemplifica com o setor automobilístico. Em 2003 e 2004, lembra, o setor procurava exportar porque tinha 50% de capacidade ociosa. Hoje, as indústrias voltaram a ter sua **produção** sustentada por um mercado doméstico com demanda tão grande que tem propiciado uma importação maior de veículos. Para ele, é necessário um controle da demanda interna.

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Indústria mantém otimismo</b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

### Agência Brasil, de Brasília

O otimismo revelado pelo empresariado Distrito Pólo **Distrito Industrial** para este semestre, indicado em pesquisa divulgada da Confederação Nacional da Indústria (CNI), indica que "há confiança na existência de demanda e na possibilidade de oferta de empregos, além da disposição na indústria para novos investimentos", diz o gerente-executivo de

pesquisa e **desenvolvimento** da entidade, Renato da Fonseca.

O Índice de Confiança do Empresário Distrito Pólo **Distrito Industrial** (Icei) atingiu 62 pontos este mês, revelando estabilidade em relação aos últimos dois meses, mas abaixo da marca histórica de 68,7 pontos de janeiro de 2010.

	VEÍCULO <b>MANAUS ONLINE</b>	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Zona Franca de Manaus é tema de reunião com representantes do governo americano</b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

#### Por Superintendência da Zona Franca de Manaus

O modelo Zona Franca de Manaus (ZFM) está na pauta do governo norte-americano. Uma comitiva formada por integrantes da área de Assuntos Econômicos da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil participou de reunião na sede da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) com o objetivo de conhecer os reflexos do modelo ZFM para a economia da região.

O encontro integra a extensa agenda da comitiva na capital amazonense e faz parte da estratégia do governo norte-americano de prospectar informações acerca do mercado brasileiro. “O Brasil ocupa a oitava posição na economia mundial e, segundo especialistas, dentro de pouco tempo, deve ocupar a quinta posição. Então, a nossa responsabilidade é conhecer melhor o mercado brasileiro que está se tornando cada vez mais importante no cenário mundial e não poderíamos deixar de visitar Manaus e saber mais informações sobre a Zona Franca”, explicou John Barrett, secretário para Assuntos Econômicos da Embaixada dos Estados Unidos e um dos integrantes da comitiva.


Barrett ressaltou a grande concentração de empresas no parque fabril, incluindo multinacionais de origem americana, como é o caso da Coca-Cola, Pepsi e Gillette. Outro aspecto que mereceu destaque por parte do secretário foram os benefícios econômicos e sociais gerados pelo modelo Zona Franca de Manaus (ZFM) a partir do apoio a projetos voltados ao desenvolvimento das potencialidades regionais.

Porém, foi a questão ambiental, que se encontra na pauta de prioridades de todo o mundo, o que mais chamou a atenção. Barrett mostrou-se impressionado com o alto índice de preservação da floresta amazônica no Estado, em grande parte devido ao parque fabril de Manaus. “É a indústria trazendo benefícios ambientais não só para o Estado (Amazonas), mas também para todo o mundo”, frisou.

Durante a reunião, o Superintendente adjunto de Projetos da autarquia, Oldemar Ianck, fez uma explanação sobre o funcionamento do modelo Zona Franca de Manaus, os resultados alcançados pelo PIM nos últimos anos, ressaltando aspectos como faturamento, empregabilidade e principais destinos de importação e exportação. O representante da SUFRAMA também ressaltou as ações na área de desenvolvimento regional, frisando projetos importantes alavancados em parceria com a autarquia, e outros considerados estratégicos, como é o caso do Centro Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA) e do Centro de Ciência, Tecnologia e Inovação do Polo Distrito Pólo Distrito Industrial de Manaus (CT-PIM).

Na agenda da comitiva, estão previstas ainda visitas a empresas e reuniões com representantes de órgãos governamentais.

Balança Comercial – Atualmente, os Estados Unidos ocupam a quarta posição na pauta de importação do Amazonas e é o quinto país na lista dos principais destinos de exportação do Estado. De janeiro a dezembro de 2010, as vendas do Amazonas ao mercado americano somaram US\$ 55,467 milhões, sendo que os produtos fabricados no PIM lideram a lista de exportação, com destaque para telefone celular, lâminas de barbear, motocicletas, outras partes de motores de explosão e outros aparelhos receptores de radiodifusão para veículos e automóveis. No mesmo período, as importações daquele país para o Amazonas atingiram US\$ 933,235 milhões. Os itens que lideram a pauta de importação são óleo diesel, estireno, papel para foto, outras partes e acessórios para motocicletas e chapas de ligas de alumínio.

	VEÍCULO AMAZÔNIA NOTÍCIAS	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Amazônia vai ganhar mais cientistas e pesquisadores</b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

**A boa notícia partiu do ministro Aloizio Mercadante durante visita a Manaus**

### AGÊNCIA AMAZÔNIA

**MANAUS**, AM – A pesquisa na Amazônia é decisiva e será incentivada pelo Governo **Governo Governo Federal** como forma de ampliar o conhecimento, conservar a biodiversidade e promover o crescimento econômico da região. É o que garantiu o ministro da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante, durante reunião em Manaus com dirigentes de instituições da área de ciência, tecnologia e inovação da Amazônia.

Para isso, segundo Mercadante, o governo já trabalha para criar condições de fixar pesquisadores e doutores na região. “Precisamos de mais pesquisadores que tenham coragem de se dedicar a Amazônia”, afirmou Mercadante para uma plateia formada por alunos, pesquisadores, cientistas, diretores e coordenadores das instituições científicas locais. Para o ministro, o crescimento da Amazônia está condicionado ao conhecimento científico.

Anunciou que medidas nesse sentido já começaram a ser adotadas. A primeira delas é a instalação de um escritório do Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (Inpi) para dá celeridade aos processos de patente. Na próxima semana, Mercadante tratará da questão com o ministro do **Desenvolvimento, Desenvolvimento, Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**, Fernando **PIM**entel.

“Pretendemos trazer técnicos para cá. A idéia é criar uma cultura de patentes”, explicou. Na avaliação de Mercadante, as patentes vão baratear e facilitar o **desenvolvimento** de produtos oriundos da Amazônia. Ao longo de todo o ano de 2010, o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) finalizou apenas nove processos e produtos patenteados.

Em 56 anos de existência, o Inpa coleciona somente 61 produtos e processos protegidos, uma quantia ínfima quando comparada com a riqueza da Amazônia que precisa ser protegida.

A falta de pesquisadores na Amazônia é outro ponto preocupante para a nova gestão do Ministério da Ciência e

Tecnologia. Mercadante considerou insuficiente o número de pesquisadores na região. Mercadante ressaltou que nos nove estados da Amazônia, só existem sete pesquisadores especializados em catalogação de espécies de árvores.

Anualmente, o Brasil forma 11 mil doutores, sendo apenas 40 especializados em Biologia na Amazônia. “A região merece um olhar diferenciado do Brasil”. Para mudar esse quadro, o Governo **Governo Governo Federal** vai ampliar sua política para fixar mais doutores na Amazônia.

Mercadante se reuniu com representantes de instituições de diversas instituições, entre os quais o Museu Paraense Emílio Goeldi, Instituto de **Desenvolvimento** Sustentável de Mamirauá, Embrapa e Superintendência da Zona Franca de **Manaus (Suframa)**, Universidade Governo **Governo Governo Federal** do Amazonas (Ufam), Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Secretária de Ciência e Tecnologia do Amazonas (SECT) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam).

### Rede de pesquisas

Durante sua visita a Manaus, Mercadante anunciou que o Inpa participará da Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas Globais (Rede Clima). Segundo o pesquisador do Inpa, Carlos Nobre, a rede clima atuará a partir deste ano e com mais três novos sub-temas: oceanos, desastres naturais e serviços ambientais dos ecossistemas, sendo que este último, o Inpa passará a coordenar.

“É uma coordenação nacional e hoje nós vimos nas apresentações do Inpa, Museu Emílio Goeldi e do Instituto Mamirauá que esse assunto é importantíssimo”, declarou. Mercadante destacou a importância da Amazônia para a ciência brasileira e disse que a região será uma das prioridades da pasta.

“A Amazônia merece um olhar diferenciado do Brasil, o país tem que entender que aqui nós temos quase metade do nosso território, o maior patrimônio genético, além do maior centro de Biodiversidade e, portanto, tem a importância estratégica da sustentabilidade”, ressaltou.

Segundo o diretor do Inpa, Adalberto Val, a participação do instituto na Rede Clima será importante para a região. “O Inpa se preparou para isso, pois tem um conjunto de pesquisadores e equipamento, além de várias informações que o credencia para executar o trabalho”.

	VEÍCULO FOLHA.COM	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Brasil vai substituir "importação desnecessária", diz Camex</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**JULIANA ROCHA**

**DE BRASÍLIA**

Para melhorar o saldo comercial e proteger a indústria local, o governo vai ampliar as medidas de defesa comercial. Foi o recado dado pelos novos secretários do MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Desenvolvimento, Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior), em café da manhã com a imprensa, nesta terça-feira.

O novo secretário da Camex (Câmara de Comércio Exterior), Emílio Garófalo, disse que o objetivo é "substituir importações desnecessárias".

"[Vamos] defender produtos que podem ser fabricados no Brasil de maneira adequada", afirmou Garófalo.

O secretário explicou que as medidas de proteção serão tomadas contra produtos importados que ferem a competição legal e justa no país. São exemplos produtos que são vendidos ao Brasil por um preço abaixo dos de mercado, casos em que cabem medidas antidumping.

Segundo Garófalo, o governo vai acelerar as investigações e ampliar a quantidade de medidas antidumping.

"Vamos fazer mais do mesmo, com mais velocidade e mais intensidade", concluiu.

#### **POLÍTICA DISTRITO PÓLO DISTRITO INDUSTRIAL**

O aumento da competitividade da indústria nacional também está no radar da nova equipe do MDIC. Para isso, serão tomadas medidas de desoneração da folha de pagamentos e uma nova fase política Distrito Pólo Distrito Industrial está sendo desenvolvida.

Segundo a nova secretaria de Desenvolvimento da Produção, Heloísa Menezes, a política Distrito Pólo Distrito Industrial terá ações para toda a indústria, como incentivo a inovação, desonerações e nova regulação. Alguns setores serão agraciados com ações específicas.

"Temos que olhar os setores com maior alavancagem. Mas não serão só quatro setores [beneficiados]. Não estamos adotando a política de eleger vencedores. Será algo mais amplo", disse Menezes.



	VEÍCULO ADMINISTRADORES SITE	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Incentivos Governamentais à Cultura de Exportação das Empresas Brasileiras Privadas</b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

**O processo de internacionalização de uma empresa não é fácil. Este artigo quer demonstrar os caminhos existentes e quais as ferramentas e incentivos disponibilizados pelo governo para que este processo não seja doloroso. Assim como diversas empresas especializadas capazes de auxiliar neste trabalho.**

#### **Por Diogo Batista de Freitas Cruz**

O Brasil é um país extenso territorialmente, além de muito diversificado. Dessa forma, existem muitas possibilidades para vários tipos de empresas, sejam agrícolas, prestadoras de serviços, indústrias, até mesmo distribuidoras de produtos acabados.

Entretanto, muitas delas, apesar de terem o desejo de ver sua marca e seus

produtos no exterior, com o objetivo de aumentar o faturamento e conseqüentemente agregar mais valor ao seu produto no mercado interno, não sabem como exportar ou acreditam ser algo complicado.

De fato, o processo de internacionalização de empresas, não é muito simples,

exige o conhecimento sobre a cultura do país de destino que inclui a o idioma, hábitos de consulto, entre outros. É necessário que a empresa esteja madura para um processo de mudanças e adaptações exigidas pelo mercado de destino.

Além disso, um fator muito importante nesse processo é o custo do produto, pois não adianta a empresa ter um ótimo produto, estar 100% adaptada ao mercado externo, mas não ofertar um preço competitivo aos seus clientes internacionais. Para auxiliar nesta etapa do processo o governo brasileiro disponibiliza vários incentivos, que muitas vezes viabilizam a entrada de produtos brasileiros em novos mercados. Entre os incentivos proporcionados pelo governo, o que mais se destacam são os tributários.

O governo brasileiro isenta o exportador do pagamento de todos os tributos incidentes na cadeia, exceto o Imposto de Renda (IR) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), que na visão do governo não incidem sobre a

exportação, mas sim sobre o lucro da empresa. Fato esse que foi muito questionado durante o ano de 2010, já que muitas empresas consideram que esses dois tributos não eram incidentes no preço de exportação e sendo assim não o recolhiam. Porém, mesmo depois de muita discussão, no segundo semestre de 2010 ficou decidido que o IR e a CSLL devem ser recolhidos mesmo em processos de exportação.

Tomando como base comparativa, um estudo feito pela empresa Atus Negócios Internacionais e Consultoria em um projeto de exportação de ferramentas manuais ficou comprovado que para a exportação de produtos classificados nas NCM's 8201.10.00, 8205.59.00, 8302.10.00, 8201.40.00, 8205.20.00, 8205.59.00, 8205.10.00, que são ferramentas manuais que passam pelo processo de forja, com o incentivo tributário oferecido pelo governo o seu preço é reduzido em cerca de 25%.

Além disso, na regra de isenção de tributos na exportação existem exceções. Elas podem ser percebidas principalmente em produtos que compõem a cesta básica do povo brasileiro, dessa forma os produtos essenciais para a nação sofrem tributação, com o objetivo de manter o país sempre abastecido.

O governo brasileiro também disponibiliza outros incentivos além do tributário.

Ele deixa a disposição dos empreendedores brasileiros, vários canais que auxiliam as empresas no âmbito comercial, como por exemplo, a APEX, o Brazil Trade Net (BTN), Aliceweb e muitas outras agências de promoção a exportação. Agências essas que auxiliam no contato do exportador com o importador, promovendo rodada de negociações, eventos, palestras e auxílios específicos.

É muito importante para o país que ele seja um exportador para atrair divisas, gerar empregos e renda, e até mesmo aumentar o faturamento das empresas exportadoras. Seja qual for o objetivo exportar dentro do previsto na legislação é favorável ao Brasil. Por isso é possível encontrar várias formas de incentivo a exportação, além de existirem inúmeras empresas especializadas em prestar serviço na área de **comércio** exterior, tais como, Trading Companies, consultorias especializadas, enfim, o que não falta são opções

para internacionalização de empresas. Basta aproveitar as oportunidades.

Por Diogo Freitas

Administrador em **Comércio** Exterior


MBA em Gestão Estratégica de Projetos

MBA em Gestão Estratégica de Logística

Diretor Executivo da Empresa Atus Negócios  
Internacionais e Consultoria Ltda

[www.atusni.com.br](http://www.atusni.com.br)

[diogo@atusni.com.br](mailto:diogo@atusni.com.br)

	VEÍCULO EXTRA ON LINE	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Governo estuda tarifa maior para 'importações desnecessárias', como bebidas, tabaco e perfumes</b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

**Eliane Oliveira**

**BRASÍLIA** - Na busca de instrumentos mais efetivos para evitar a volta de déficits à balança comercial brasileira, o governo estuda aumentar, em até 35%, as tarifas de importação de produtos tidos como supérfluos, com destaque para bens de consumo manufaturados com similares no Brasil e no próprio **Mercosul**. Essas "importações desnecessárias", classificou uma fonte, correspondem a apenas 1% da pauta importadora brasileira, ou algo em torno de US\$ 1,8 bilhão. São exemplos bebidas, tabaco, móveis e perfumaria. A imposição de restrições demonstraria a disposição brasileira de passar do discurso contra a guerra cambial global e o **comércio** anticoncorrencial à prática.

De maneira geral, esses segmentos são fabricantes de produtos Distrito Pólo **Distrito Industrializados** que, ao contrário das commodities agrícolas e minerais, estão com os preços deprimidos, por causa do aumento da oferta chinesa, que ainda tem como agravante o fato de o yuan estar desvalorizado artificialmente em relação à moeda americana.

#### 'A Argentina adora uma proteçãozinha'

Além disso, indiretamente, a medida ajudaria os sócios do **Mercosul**, especialmente a Argentina, país que vem passando, desde 2002, por um intenso processo de desDistrito

Pólo **Distrito Industrialização**. Isso porque esse tipo de restrição, embora permitido pela Organização Mundial do **Comércio** (OMC) — desde que a tarifa seja de até 35%, para manufaturados —, não pode ser adotado para os membros de uma união aduaneira.

— A Argentina vai gostar. Eles adoram uma proteçãozinha — comentou o vice-presidente da Associação de **Comércio** Exterior do Brasil (AEB), José Augusto de Castro.

Ele disse, porém, que vê com preocupação essa ideia. Em sua opinião, é uma ação protecionista e ineficiente:

— A tarifa de 35% é anulada pelo câmbio. Enquanto o real está 30% acima do **dólar**, o yuan está 40% abaixo do valor da moeda americana, sem contar o custo Brasil.

Em outra vertente, como O GLOBO antecipou, o governo será mais rigoroso na aplicação de medidas antidumping (preços artificialmente fixados abaixo da média de mercado) e compensatórias, conferindo, com redução de ritos e prazos, mais agilidade ao sistema de defesa comercial. O Brasil é, hoje, o segundo país que mais recorre a sobretaxas antidumping, só perdendo para a Índia. Por outro lado, a China é a nação que mais recebe esse tipo de penalidade, à frente de EUA, Índia e União Europeia.

	VEÍCULO COARI EM DESTAQUE	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Governador Omar Aziz e ministro Mercadante acertam parcerias</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Organizar a cadeia da piscicultura para desenvolver a indústria do pescado no Estado, criação da cidade universitária da UEA e de um grande Jardim Botânico na Reserva Ducke além da reestruturação do Centro Centro **Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA)** foram alguns dos assuntos tratados pelo governador Omar Aziz e o ministro da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante, na manhã desta terça-feira, dia 25, na sede do Governo, na Compensa. Omar e Mercadante conversaram sobre a realização de parcerias na área do conhecimento científico para agregar tecnologia à **produção** local e criar modelos de negócios capazes de desenvolver o Estado.

A reunião contou com a presença do secretário estadual de Ciência e Tecnologia, Odenildo Sena, da diretora científica da Fundação de Amparo a Pesquisa do **Amazonas** (Fapeam), Maria Olívia, e da vice reitora da Universidade do Estado do **Amazonas** (UEA), Marly Guimarães, além do diretor presidente do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), Adalberto Val, e do diretor do Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (Inpi), Carlos Nobre. Segundo Carlos Nobre, está em estudo a implantação em **Manaus** de um escritório do instituto para incentivar o registro de patentes.

Omar elogiou o fato de o ministro ter assumido que priorizará a Amazônia como uma região estratégica para o Brasil e o mundo na área de pesquisa. "Nós sabemos que a Amazônia é um grande laboratório e o ministro tem essa sensibilidade. Ele sabe que para preservar temos que ter inovação tecnológica e para isso é preciso investimento. Nós só vamos poder gerar emprego e renda com o que nossas riquezas naturais nos oferecem com inovação e pesquisa", disse o governador, ao ressaltar que a pesquisa deve ter caráter pragmático. "Temos que deixar o romantismo de lado e trabalhar com aquilo que agrega valor e gera oportunidade para o povo".

Indústria do pescado – O governador e o ministro disseram que vão trabalhar juntos para que todo o conhecimento científico produzido no Estado tenha como foco principal o **desenvolvimento** de tecnologia e novos modelos de negócios. "Nós queremos que esse conhecimento que adquirimos agora vire emprego, oportunidade, renda para a

população. O governador é um homem que tem experiência administrativa, compromisso com o povo e pé no chão. Saímos daqui com varias parcerias para a gente arregaçar as mangas e ajudar a realizar", disse Mercadante. Uma das prioridades será a piscicultura. "Precisamos de indústrias modernas, com logística capaz de jogar todo esse pescado no mercado nacional e global. Isso vai fortalecer o pequeno produtor".

Segundo o ministro, a cadeia pesqueira será organizada, a exemplo do que aconteceu com a indústria do frango, de carne suína e pecuária bovina, que levaram o Brasil ao topo do ranking de exportação desses produtos. "Com assessoria técnica, orientação e mercado garantido para a **produção** podemos Distrito Pólo **Distrito Industrializar** o peixe produzido aqui".

O governador Omar Aziz citou alguns exemplos que já vem sendo adotados no Estado nesse sentido. "Em breve vamos inaugurar duas fábricas de salga do pirarucu no interior, mas muito mais pode ser feito". Citou ainda a **produção** de castanha e outros produtos extrativistas, como a juta malva e a borracha, que já recebem incentivos do Estado, mas que precisam de maiores investimentos.

Cidade Universitária – "Um sonho que vai se tornar realidade", foi como o governador descreveu o projeto da Cidade Universitária, que será construída para a UEA. Será um complexo que vai agregar toda a estrutura da universidade, além de alojamentos, restaurante, biblioteca laboratórios entre outros espaços. Omar disse que vai contar com a parceria do Ministério da Ciência e Tecnologia para por o projeto em prática, mas também pretende buscar recursos em outras fontes de financiamento, como o BNDES e até na iniciativa privada.

Outro projeto discutido foi a transformação da Reserva Ducke num grande Jardim Botânico. A previsão do ministro é que a obra fique pronta para a Copa de 2014. "A ideia é que lá possa ser um local para atividades como arborismo e que o conhecimento de pesquisa da Amazônia esteja disponível de forma didática à população".

Reestruturação do **CBA** – Durante a reunião tratou-se, ainda, sobre a reestruturação do **CBA**. "O Centro de

Biotecnologia tem papel estratégico na região e a gente espera que nos próximos anos ele possa fazer aquilo para o qual foi planejado e nos dar condições de ter o conhecimento exato daquilo que a gente pode usufruir", destacou o governador.

Segundo o ministro Mercadante, está prevista uma reunião com os ministérios da Ciência e Tecnologia, do Meio Ambiente e do **Desenvolvimento** **Desenvolvimento, Desenvolvimento, Indústria e Comércio** para discutir o assunto. " Vamos discutir a criação de um novo Conselho Diretor, definir linha de pesquisa e melhorar as condições de financiamento para poder concluir os equipamentos necessários e montarmos uma equipe que tenha carreira, um

plano de negócios e um plano de pesquisa. O **CBA** pode ser um grande centro de pesquisa da biodiversidade e gerar muitas oportunidades para investimento e emprego na região", disse o ministro, ao reconhecer que o centro está sub utilizado.

Escritório do Inpi - Sobre a vinda do escritório de patentes do Inpe para **Manaus**, o ministro afirmou que o assunto será discutido com o ministro da Indústria e **Comércio**, Fernando **PIM**entel. "Tem crescido muito o numero de patentes na Amazônia e nós precisamos motivar os pesquisadores e cientistas a registrarem as patentes".